

# Governo defende novo limite

## O PAÍS • 5

### de gastos

BRASÍLIA — O secretário de Planejamento, Pedro Parente, foi ontem à Comissão Mista de Orçamento, do Congresso, para explicar por que o Governo está pretendendo aumentar o limite de gastos previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para este ano. Ele disse aos deputados que o Governo quer que o presidente da República e os presidentes dos tribunais, da Câmara e do Senado possam autorizar despesas de custeio que ultrapassem o limite de 90 por cento do total do ano passado, conforme prevê o texto da LDO.

Parente explicou que as despesas estão dentro dos valores previstos no orçamento. A dificuldade é que, ao ultrapassar o limite da Lei de Diretrizes Orçamentárias, houve um desrespeito à lei que, na avaliação dos deputados federais, é hierarquicamente superior à lei orçamentária.

— A LDO vale para a elaboração do orçamento, e não para sua execução — argumentou Pedro Parente.

O vice-presidente da comissão, Paulo Hartung (PSDB-ES), respondeu:

— O orçamento autoriza o gasto, mas a LDO estabelece um limite que deve ser obedecido.

A comissão não aceita os argumentos do Governo e o PSDB e o PT, unidos, prometem impedir a votação do projeto de lei que legaliza o estouro da LDO. Se o Congresso não aprovar o projeto, o Governo poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal, para que seja reconhecida a sua tese de que o orçamento prevalece sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, pois não existe lei complementar que regulamenta o assunto.

Neste caso, os parlamentares perderiam o instrumento da LDO para determinar as diretrizes do orçamento do ano.

Paulo Hartung acha que este argumento não passa de "uma chantagem" do Governo federal e entende que a Comissão Mista de Orçamento deve "pagar para ver".